



Prefeitura Municipal de Aratiba
Secretaria Municipal de Educação e Desporto

Plano Municipal de Educação
do
Município de Aratiba

Vigência 2008 à 2018

Plano Municipal de Educação

Prefeitura Municipal de Aratiba

Secretaria Municipal de Educação e Desporto

Aratiba

2008

Sumário

Item		Pag
1	Apresentação	5
1.1	Coordenação da elaboração do Plano Municipal de Educação	6
2	Símbolos do Município	6
2.1	Hino do Município	6
2.2	Brasão, bandeira, logo e mapa	7
2.3	Dados do Município	7
2.3.1	A região	9
2.3.2	Municípios	10
2.3.3	Erechim	11
2.4	Perfil demográfico e geográfico	12
2.5	Perfil econômico	13
2.6	Dados políticos	14
2.6.1	Prefeitura Municipal de Aratiba	14
2.6.2	Secretaria Municipal de Educação e Desporto	14
2.6.2.1	Equipe da Secretaria Municipal de Educação e Desporto	14
2.7	Perfil social e cultural	15
3	História do Município – Aratiba - RS	16
3.1	Histórico da Educação no Município	18
3.1.1	Escolas do Município	22
3.1.2	Alunado atendido de 2003 a 2007	23
3.1.3	Ensino Fundamental	23
3.1.4	Alunos do EJA - Fundamental	23
4	Plano Municipal de Educação	23
4.1	Educação Infantil	23
4.1.1	Diagnóstico	23
4.1.2	Diretrizes	24
4.1.3	Objetivos e Metas	26

4.2	Ensino Fundamental	28
4.2.1	Diagnóstico	28
4.2.2	Diretrizes	29
4.2.3	Objetivos e Metas	31
4.3	Educação de Jovens e Adultos	33
4.3.1	Diagnóstico	33
4.3.2	Diretrizes	34
4.3.3	Objetivos e Metas	35
4.4	Ensino Médio	36
4.4.1	Diagnóstico	36
4.4.2	Objetivos e Metas	37
4.5	Financiamento e Gestão	37
4.5.1	Diagnóstico	37
4.5.2	Diretrizes	38
4.5.3	Objetivos e Metas do Financiamento	40
4.5.4	Objetivos e Metas da Gestão	42
5	Acompanhamento e avaliação do Plano	42
6	Bibliografia	45
7	Anexos	46

1 Apresentação

A Prefeitura Municipal de Aratiba, do Estado do Rio Grande do Sul, ao cumprir com seu compromisso relativos aos preceitos estabelecidos na Constituição Federal e nas regulamentações atinentes ao encaminhamento de planos decenais para as administrações municipais, está enviando à comunidade de Aratiba, aqui representada pelos exelentíssimos senhores vereadores desta Câmara Municipal, o **Plano Decenal de Educação para o Município de Aratiba**, vigência 2008 à 2018.

Ao fazê-lo, quer cumprimentar a todos os senhores vereadores, de todas as cores partidárias, e solicitar-lhes um exame acurado, aprofundado, carinhoso e comprometido, para que esta comunidade tão empreendedora, tenha a seu alcance, o que de melhor possamos oferecer-lhe em termos socioeconômico-cultural-educacional para seu futuro. Nosso desejo é ofertar ensino de qualidade à altura dos anseios de todos os munícipes e visando projetar o futuro desta comunidade em bases sólidas.

Quer parecer a este gabinete do executivo municipal, que o que podemos oferecer de melhor a esta comunidade é este Plano de Educação, consistente, profundo, dinâmico, e, ao mesmo tempo, de acordo com as possibilidades orçamentárias do município. Não perde de vista este plano, a necessidade sempre urgente e fundamental para o futuro de qualquer comunidade: formação adequada, conhecimento profundo da vida e do mundo, acompanhada de boas instalações e equipamentos necessários, confortáveis, apropriados, limpos e funcionais, onde os alunos e demais beneficiários tenham a segurança e o conforto necessário para o desenvolvimento dessa educação de qualidade que pretendemos.

Creemos ao fazer um plano detalhado de todas as possibilidades de realização, este executivo não só cumpre com as determinações de ordem legal, mas, e sobretudo, propõe para esta comunidade um sonho possível, o que melhor pode lhe oferecer: Escola de qualidade e sua consequente direta e mais importante – **Educação de qualidade**.

1.1 Coordenação da elaboração do Plano Municipal de Educação

Executivo Municipal

Secretaria Municipal de Educação e Desporto

Conselho Municipal de Educação

2. Símbolos do Município

2.1 Hino do município

No verde sertão distante
Rica, acolhedora, altiva
Brilhas qual puro diamante
Aratiba

Estribillo

Aratiba terra boa
Terra farta e altaneira
Rica, acolhedora, altiva
Farroupilha e brasileira

Tu tens a grandeza da serra
Tens o amor que nos cativa
Tens a abundância da Terra
Aratiba

Dos céus tu és abençoada
Dos teus filhos és querida
E a grandes feitos fadada
Aratiba

Recebe o amor constante
Deste povo que te admira
Vive, prospera triunfante
Aratiba.

2.2 Brasão, bandeira, logo e mapa



Brasão



Bandeira



Logo



Mapa

2.3 Dados do Município

Sua economia é baseada na agropecuária, indústria, comércio e produção de energia elétrica.

Distância de Porto Alegre: 420,0 km

Área: 310,6 km²

Perfil Populacional: Rural

Data de criação: 04/10/55 (Lei nº. 2710)

CEP: 99770-000

Município de origem: Erechim

Prefeito: GILBERTO LUIZ HENDGES

Endereço: Rua Luiz Loeser, 287

Telefone: 054.3761133

Fax: 054.376.1133

População Total (2003): 7.116 habitantes

Densidade Demográfica (2003): 19,7 hab/km²

Taxa de urbanização (2003): 39,2 %

Taxa de analfabetismo (2000): 6,79 %

Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 74,12 anos

PIB pm (2001): R\$ 76.322.154

PIB per capita (2001): R\$ 10.869

IDESE (2000): 0,655

Município de origem: **Erechim**

Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de **0.792** segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

Ano de Instalação: **1955**

Microrregião: Noroeste Rio-grandense

Mesorregião: **Aratiba**

Fonte - Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD



Foto aérea do perímetro urbano

2.3.1 A região

Aratiba é um município brasileiro do estado do Rio Grande do Sul. Localiza-se a uma latitude 27°23'39" sul e a uma longitude 52°18'01" oeste, estando a uma altitude de 420 metros. Sua população estimada em 2004 era de 6 692 habitantes. Possui uma área de 341,98 km². Pertence à Mesorregião Noroeste Rio-Grandense e à Microrregião Erechim. É um município que conta com as águas do rio Uruguai e que faz divisa fluvial com o Estado de Santa Catarina.

A **mesorregião do Noroeste Rio-Grandense** é uma das sete mesorregiões do estado brasileiro do Rio Grande do Sul. É formada pela união de 216 municípios agrupados em treze microrregiões.

A **microrregião de Erechim** é uma das microrregiões do estado brasileiro do Rio Grande do Sul pertencente à mesorregião Noroeste Rio-Grandense. Sua população foi estimada em 2005 pelo IBGE em 217.894 habitantes e está dividida em trinta municípios. Possui uma área total de 5.710,341 km².

2.3.2 Municípios

Aratiba	Floriano Peixoto
Áurea	Gaurama
Barão de Cotegipe	Getúlio Vargas
Barra do Rio Azul	Ipiranga do Sul
Benjamin Constant do Sul	Itatiba do Sul
Campinas do Sul	Jacutinga
Carlos Gomes	Marcelino Ramos
Centenário	Mariano Moro
Cruzaltense	Paulo Bento
Entre Rios do Sul	Ponte Preta
Erebango	Quatro Irmãos
Erechim	São Valentim
Erval Grande	Severiano de Almeida
Estação	Três Arroios
Faxinalzinho	Viadutos

2.3.3 Erechim



Estado	■ Rio Grande do Sul
Mesorregião	Noroeste Rio-Grandense
Microrregiões	Não disponível
limitrofes	
Características geográficas	
Área	5.710,341 km ²
População	217.894 hab. est. 2005
Densidade	38,2 hab./km ²
Indicadores	
IDH médio	0,778 PNUD/2000
PIB	R\$ 2.704.281.942,00 IBGE/2003
PIB per capita	R\$ 12.514,84 IBGE/2003

2.4 Perfil demográfico e geográfico

Aratiba localiza-se ao norte do estado, a 410 km da Capital, Porto Alegre. Limitando-se com os municípios de Mariano Moro e Três Arroios a Leste, Barra do Rio Azul e Barão de Cotegipe ao Oeste, com Erechim ao Sul e com o Estado de Santa Catarina e o lago da Usina Hidrelétrica de Itá ao Norte.

O município abrange hoje uma área de 341,9 km² de terras superficiais e 31, 26 km² de terras submersas com a implantação da Usina Hidrelétrica de Itá que inundou terras e modificou a paisagem e o ecossistema local.

A malha rodoviária é de 820 km, parte delas de terra batida, feitas e mantidas pelo município. Na sede as ruas são asfaltadas. A RS 420 – Erechim, Aratiba, Itá – é uma rodovia estadual não totalmente pavimentada.

A geologia do município está ligada a Bacia Sedimentar do Paraná, formada há cerca de 570 milhões de anos. Apresenta relevo acidentado onde se vêem áreas planas, onduladas e montanhosas.

Aratiba conta com uma vasta rede hidrográfica, sendo seu principal curso d'água o Lago do rio Uruguai da Usina Hidrelétrica de Itá. Este tem como seus principais afluentes o Rio Azul, o Rio Dourado, o Rio Novo o Rio Esperança e o Rio Agulha.

O clima é subtropical devido a sua altitude de 416 m do nível do mar. Este clima propicia temperaturas elevadas no verão e mais baixas no inverno. A ocorrência de chuvas é regular, característica própria do clima subtropical.

Os colonizadores que se estabeleceram no município se adaptaram à região, ajudados pelo clima semelhante ao de suas terras de origem. Há um colorido multirracial de imigrantes vindo da Itália (60%), Alemanha (25%), e Polônia e outras nacionalidades (15%). Cada grupo emprestou à localidade seus costumes, hábitos, e outras peculiaridades próprias de suas regiões de origem.

2.5 Perfil econômico

A colonização das terras de Aratiba em meados de 1917 exigiu a derrubada das matas para abertura de estradas e construção das primeiras casas. Este desmatamento segue mais intenso nos anos 30 com a possibilidade de exportação de madeira através do Rio Uruguai. Este período se estende até meados de 1945.

Com o fim do ciclo da madeira surgem criações de suínos e bovinos. Aratiba, em face da demanda de milho para a suinocultura, torna-se um dos maiores produtores de milho do estado. O município teve sempre na agropecuária, o sustento de sua economia. Mais recentemente, com a diversificação das propriedades, surge a produção de leite e a avicultura de corte. Aratiba é um grande exportador de matéria prima para outros municípios, onde se destaca Erechim como seu mais importante importador.

A mecanização das lavouras do município começa nos anos 80, quando a mão de obra braçal é substituída em parte por máquinas. Neste período foi introduzida a citricultura em escala comercial. Hoje há grandes plantações de cítricos e de viticultura. Em menor escala o município tem plantações de arroz, mandioca, alho, batata inglesa, batata doce e amendoim para consumo familiar.

A plantação de feijão é expressiva. Planta-se soja, cana de açúcar para comercialização e alimentação do gado.

Aratiba é um grande produtor de suínos, que em sua grande maioria são criados no sistema de integração. A criação de aves e o incubatório de pintos foram instalados, parcialmente, em 2004, estando no momento em pleno funcionamento. Há forte estímulo na produção leiteira e as pequenas propriedades têm capacidade de armazenar grãos em silos e galpões apropriados.

A economia aratibense, além de agropecuária, conta com a Usina Hidrelétrica de Itá que aumentou a arrecadação municipal, efetivando a melhoria de qualidade de nossos concidadãos.

O setor industrial de Aratiba é bastante diversificado, sendo expressiva na indústria moveleira, com aproveitamento da matéria-prima de transformação, o que permite exportar do município para as redes de móveis e também de máquinas agrícolas.

O comércio do município é de ótima qualidade, tornando-se propulsor do desenvolvimento urbano. Permitindo a Aratiba ser um pólo de atração para a microrregião e, ao mesmo tempo, referência regional.

Com a ligação asfáltica entre Erechim-Aratiba pela RS 420, intensificou-se muito a gama de relações comerciais entre Aratiba, a microrregião, com o RS, com outros estados e com o Mercosul.

2.6 Dados Políticos

2.6.1 Prefeitura Municipal de Aratiba

Prefeito: **Gilberto Luiz Hendges**

Vice-Prefeito: Izeldo Zin

Endereço da Prefeitura - Rua Luiz Loeser, 287

CEP: 99770-000

2.6.2 Secretaria Municipal de Educação e Desporto

2.6.2.1 Equipe da Secretaria Municipal de educação e Desporto

Secretária – Joraci Albani Beal

Coordenadoras Pedagógicas - Ivone Aparecida Bearzi Perondi

- Gládis Fátima Orlandi

Agente Administrativa - Viviane Cypel

Transporte Escolar - Neumir Carlos Piva

2.7 Perfil social e cultural

O migrante do município vem com uma filosofia de vida, de trabalho, economia, que visa acumulação de capital e progresso. Sua religiosidade, disciplina e costumes são propulsores que levam ao sucesso e vencem a acomodação. Estes traços fundamentais definem o perfil psicológico do munícipe em contraposição ao posseiro, ao índio e ao caboclo que aqui eram autóctones na época da colonização e os quais não tinham maior ambição e trabalhavam apenas para viver.

A globalização chegou, sobretudo através da mídia, uniformizando sua postura étnico-cultural de origem européia, relacionando-a com a cultura e o modo de vida das populações nativas, enriquecendo-as e incorporando-as a sua própria cultura.

As mudanças profundas na economia geral, nos instrumentos e técnicas de trabalho e comunicação. Produziram transformações nas mentes, nos sentimentos e no modo de vida, como jamais havia sido experimentado em tão curto período de tempo. Aratiba se insere nas contradições de uma pequena aldeia inserida na aldeia global.

3 História do Município - Aratiba - RS

O povoamento de Aratiba é bastante recente. Aratiba é o 117º Município criado no Estado do Rio Grande do Sul e iniciou sua colonização em 1917 quando se instalaram aqui os primeiros povoadores que adquiriram suas colônias da CIA LUCE E ROSA S/A, responsável pela exploração destas terras que foram parte do Município de Erechim.

Foi com muita luta, trabalho, dedicação e sacrifício que famílias pioneiras como as de Pedro Dalla Vechia, Jacob Klein, Ricardo Boff, Santin Fregonese, Jacob e Eugênio Granzotto, Santo Granzotto, Felix Dal Lago, Afonso Magnabosco, Luiz Poletto, João Lira, João Smaniotto, Francisco Morgan, Fidelis Faggion, entre tantas que gravaram seus nomes, deixando-os definitivamente unidos ao marco inicial da História de Aratiba.

Em 1919, iniciou-se o povoamento que teve como primeira denominação "Rio Novo". Em 1924 foi elevado à categoria de 7º Distrito de Erechim.

Em 26 de dezembro de 1924, foi elevado à categoria de distrito de Erechim.

Devido à revolução de 1930, foi criada a Liga de Defesa Colonial. Esta não teve oportunidade de atuar em nosso Estado, mas foi útil no vizinho Estado de Santa Catarina. Como Distrito de Erechim, chamava-se Rio Novo, e este nome foi trocado em 1942 para Aratiba.

Em 29 de dezembro de 1944, recebeu o nome de Aratiba **ARA** (periquito arara pequena) **TIBA** (grande quantidade).

Em 1951 foi criada a paróquia, subordinada à Diocese de Passo Fundo, através do Decreto Eclesiástico de 7 de agosto de 1951, até a criação da Diocese de Erechim, em 27 de maio de 1971, da qual faz parte atualmente.

Os colonizadores que se estabeleceram no Município, formaram uma população composta basicamente por imigrantes italianos (60%), alemães (25%), poloneses, russos e outros (15%), que trouxeram seus costumes e hábitos

particulares das regiões de origem. Instalaram-se aqui dedicando-se à agricultura, pecuária e comércio em geral, características estas que permanecem até os dias atuais.

Em 19 de outubro de 1953 iniciou o movimento emancipacionista do então distrito de Aratiba, liderado por Amélio Baldini, Conrado Pecoits Junior, João Mathias Ody, Joaquim Sandri dos Santos e Orestes Valandro, obtendo êxito em 05 de junho de 1955 através da realização de plebiscito.

A elevação para a categoria de Município ocorreu em 04 de outubro de 1955 através da Lei n° 2.710, assinada pelo governador do Estado Ildo Meneghetti. Oficialmente o Município foi instalado em 01 de janeiro de 1956.

Em 1964 Aratiba perdeu parte de sua área para a formação do município de Barão do Cotejipe.

Em julho de 2000 entrou em operação a Usina Hidrelétrica Itá, com capacidade de geração de 1450 MW. Em 2004 Aratiba ficou em 6° lugar dos 5562 municípios brasileiros com o melhor índice de responsabilidade fiscal de gestão e social.

Aratiba, após 50 anos de emancipação, está em pleno desenvolvimento socioeconômico, destacando-se no cenário regional, estadual e federal como um dos melhores municípios para se viver.

A população aratibense preserva os costumes trazidos de suas origens, enfatizando as festas populares como as dos padroeiros de suas capelas, a festa do *kerb*, trazida e conservada pelos alemães, assim como, os filós, jogos de baralho e bocha trazidos pelos italianos. A língua mais falada é o português, porém o italiano, o alemão e o polonês também são conservados nas comunidades. Para a língua italiana são oferecidas aulas para os alunos do município com o intuito de resgatar valores e costumes e preservar a cultura dos antepassados.

3.1 Histórico da Educação no Município

Em Aratiba o ensino teve início em 1924, com a criação da Escola São Roque, na comunidade de Lajeado Paca. Nessa época pessoas influentes e com um pouco mais de instrução, ministravam aulas particulares, geralmente na casa dos alunos.

A partir de 1931, paralelamente funcionavam 5 escolas municipais e a Escola Paroquial São Jacó, mantida pela paróquia de Gaurama.

Após esse período, as irmãs franciscanas deram continuidade à escola particular até meados de 1947, quando foram criadas 4 escolas municipais. Com a saída das irmãs franciscanas em 1947, iniciou em Aratiba a Escola Particular São Francisco e também entraram em funcionamento mais 9 escolas municipais.

Naquela época os pais exigiam que seus filhos fossem à escola iniciando na idade entre 7 e 10 anos. O ensino não era obrigatório, os alunos escreviam em lousa e deviam memorizar todo o conteúdo, pois este era escrito e apagado em seguida de copiado. A avaliação era feita através de exames orais e recitado de tabuada.

Na década de 50 são fundadas seis escolas municipais e a Escola de 1º. Grau Santos Anjos, mantida pela Sociedade Franco-brasileira das irmãs dos Santos Anjos. O funcionamento do Ginásio na Escola dos Santos Anjos iniciou na década de 60 juntamente com a criação de 34 escolas municipais, todas com Ensino Fundamental séries iniciais.

Após 1980 contava o município com 58 escolas municipais, todas de 1º. Grau Incompleto.

Em 1981 a escola de 1º. Grau Santos Anjos cessa suas atividades e assume a educação na sede do município a Escola Estadual Rio Novo. A qual foi autorizada a implantar a partir de 1982 a 6ª, 7ª e 8ª. séries.

O Ensino de 2º Grau, hoje Ensino Médio, foi implantado a partir de 1975, com o funcionamento da Escola Estadual de 2º. Grau Aratiba.

Em 1993 o distrito de Barra do Rio Azul consegue sua emancipação e Aratiba cede a ele 18 escolas localizadas na área emancipada. Também nesse período começa o processo de nucleação das escolas, sendo desativadas 33 escolas municipais e 3 escolas estaduais.

No fim da década de 90 estavam em funcionamentos as escolas Municipais:

1 - Escola Municipal de 1º. Grau Incompleto Dolores Faé Postal – Linha Sarandi;

2 - Escola Municipal Incompleto Cristo Rei – Linha Liso;

3 - Escola Municipal de 1º. Grau Incompleto Santa Bárbara – Linha 1º de Junho;

4 - Escola Municipal de 1º. Grau Incompleto José de Alencar – Linha Santa Lúcia;

5 - Escola Municipal de 1º. Grau Incompleto São Francisco – Lajeado das Pedras;

6 - Escola Municipal de 1º. Grau Incompleto São João – Linha Lajeado Ouro;

7 - Escola Municipal de 1º. Grau Incompleto São Roque – Vila Pio X.

A partir de 1998 estas escolas passaram a ser denominadas Escolas Municipais de Ensino Fundamental. No ano de 1998 houve a municipalização de algumas escolas estaduais. Em 23 de abril foram municipalizadas as seguintes escolas:

1 - Escola Estadual de 1º. Grau Incompleto Jacob Granzotto para Escola Municipal de Ensino Fundamental Jacob Granzotto, na localidade de Rio Azul.

2 - Escola Estadual de 1º. Grau Incompleto Volta Fechada para Escola Municipal de Ensino Fundamental Volta Fechada na Localidade de volta Fechada;

3 - Escola Estadual de 1º. Grau Incompleto Monteiro Lobato para Escola Municipal de Ensino Fundamental Monteiro Lobato localizada na comunidade de Esperança Alta.

Nessa época também foram desativadas e ou nucleadas 3 escolas municipais.

Em 2001 foi reaberta a Escola Municipal de Jesus da Linha Agulha. Nesse ano foi implantado o Ensino Fundamental séries finais na Escola Municipal de Ensino Fundamental São Roque. A escola Municipal de Educação Infantil Pingo de Gente está em funcionamento desde 1996. A escola passa a denominar-se Escola Municipal de Ensino Fundamental Pingo de gente a partir de 2006

Atualmente encontram-se funcionando as seguintes escolas:

1 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Dolores Faé Postal (último ano de funcionamento – 2007) – Linha Sarandi – 1ª. A 5ª. Série;

2 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Jacob Granzotto – Rio Azul – 1ª. a 4ª. Série(último ano de funcionamento – 2007) ;

3 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Sagrado Coração de Jesus – Linha Agulha – 1ª. à 5ª. Série(último ano de funcionamento – 2007);

4 - Escola Municipal de Ensino Fundamental São Roque – Vila Pio X Educação Infantil à 8ª. série;

5 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Volta Fechada – na Comunidade de Volta Fechada – 1ª. à 5ª. série;

6 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Pingo de Gente – na sede do município – Educação Infantil à 8ª série (Em 2008 passará a ser somente Escola de Educação Infantil);

Escolas Municipais em funcionamento em prédios do Estado:

1 - Escola Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar – localidade de Três Barras;

2 - Escola Municipal de Educação Infantil Pé de Moleque – localidade de Sede Dourado.

No ano de 2005 foram desativadas as seguintes Escolas Municipais:

Escola Municipal de Ensino Fundamental São João e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Monteiro Lobato. Nesta última está sendo implantado um viveiro de mudas (estação de pesquisas agronômicas) que servirá como centro de estudos e pesquisas na área de educação ambiental para o conjunto de escolas do município.

Em 2006 foi desativada a Escola Municipal de Ensino Fundamental Cristo Rei, localizada na Linha Liso.

Todas as escolas municipais exercem suas atividades através de projetos dos quais destacamos o intercâmbio cultural realizado com alunos de 6ª. a 8ª série com a cidade de *Césiomaggiore* na Itália, que assinou o pacto de amizade (*gemellagio*) com o Município de Aratiba, iniciado em 2005. Semanalmente os alunos fazem o intercâmbio através da Internet.

Em 2007, uma comitiva acompanhada do Sr. Prefeito, visitou a cidade de Cesiomaggiore, na província de Belluno, Itália, para assinatura do termo de *gemellagio*.

Na área de informática o município oferece aos alunos curso em turno inverso, contado para isto com profissional especializado. Na área artística há um projeto de musicalidade envolvendo alunos de várias escolas municipais em um coral infantil. O município tem ainda um grupo de danças italianas. Para melhor desenvolvimento das atividades os professores realizam o Programa a União Faz a Vida, uma parceria com o Sicredi, trabalhando a realidade local e conscientizando os profissionais de educação para o trabalho cooperativo.

A Secretaria Municipal de Educação e Desporto desenvolve ainda projetos de educação Ambiental. Para tanto está instalando um arboretto, na comunidade de Esperança Alta, bem como um centro de estudos ambientais.

3.1.1. Escolas do município

Escolas	Localidade	No. Alunos
Escola Estadual de Educação Básica Aratiba	Sede do município	Ed I. – 10 E. F. – 476 E.M. 321 Total - 807
Escola Municipal de Ensino Fundamental Pingo de Gente	Sede do município	166
Escola Estadual de Ensino Fundamental Castro Alves	Três Barras	79
Escola Estadual de Ensino Fundamental Dourado	Sede Dourado	78
Escola Municipal de Ensino Fundamental Dolores Faé Postal	Linha Sarandi	21
Escola Municipal de Ensino Fundamental Jacob Granzotto	Rio Azul	23
Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Sagrado Coração de Jesus	Linha Agulha	32
Escola Municipal de Ensino Fundamental São Roque	Vila Pio X	102
Escola Municipal de Ensino Fundamental Volta Fechada	Volta Fechada	13
Escola Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar	Três Barras	9
Escola Municipal de Educação Infantil Pé de Moleque	Sede Dourado	10

Fonte: Dados Estatísticos da SMED – 2007

3.1.2 Alunado atendido de 2003 a 2007

Educação Infantil

Ano	Nível A	Nível B	Total
2003	59	92	151
2004	52	98	150
2005	95	84	179
2006	88	58	147
2007	89	45	134

Fonte – dados estatísticos da SMED Aratiba

3.1.3 Ensino Fundamental

Ano	Anos iniciais	Anos finais	Total
2003	118	64	182
2004	101	66	167
2005	96	57	153
2006	167	54	221
2007	178	64	242

Fonte – dados estatísticos da SMED Aratiba

3.1.4 Alunos do EJA - Fundamental

Anos Iniciais	6
Anos Finais	37
Total	43 alunos

Fonte – dados estatísticos da SMED Aratiba

4. Plano Municipal de Educação

4.1 Educação Infantil

4.1.1 Diagnóstico

A demanda de procura pela Educação Infantil vem crescendo de forma acentuada em nosso município. Seja em decorrência da necessidade da família de contar com uma instituição que se encarregue do cuidado e da

educação de seus filhos pequenos, principalmente, quando os pais trabalham fora de casa, ou então, pelos argumentos advindos das ciências que investigam o processo de desenvolvimento da criança.

À medida que essa ciência sobre o desenvolvimento evolutivo da criança se democratiza, a Educação Infantil ganha prestígio e interessados em investir nela. A precocidade de estímulos adequados e um bom nível de desenvolvimento sócio-psíquico-motor fazem muita diferença na evolução deste pequeno ser.

Não são apenas argumentos econômicos que têm levado governos, sociedade e família a investirem na atenção às crianças pequenas, mas, deve-se destacar, que é nos primeiros anos de vida que a criança está no período crucial de desenvolvimento onde o ambiente, os estímulos educativos e o convívio social, influenciam diretamente na formação da sua personalidade e no seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, social, físico, mental e emocional.

As escolas municipais de Educação Infantil contam com profissionais qualificados, desenvolvem estratégias educacionais e dispõe de mobília, brinquedos e materiais pedagógicos adequados.

Por determinação da LDBEN, as creches atenderão crianças de 0 a 3 anos, ficando a faixa de 4 e 5 anos para a Educação Infantil, onde deverão ser adotados objetivos educacionais específicos de acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais.

Finalmente, um diagnóstico das necessidades da Educação Infantil precisa assinalar as condições de vida e desenvolvimento das crianças; como saúde, nutrição, educação, moradia, renda e os espaços sociais de convivência, cultura e lazer. Pois todos esses são elementos constitutivos da vida e do desenvolvimento da criança.

4.1.2 Diretrizes

A Educação Infantil é a 1ª. etapa da Educação Básica. Ela estabelece as bases da personalidade humana nascente, da inteligência, da vida emocional e

da socialização. As primeiras experiências da vida são as que marcam mais profundamente a pessoa.

A Educação Infantil inaugura a educação da pessoa. Essa educação se dá na família, na comunidade e nas instituições. As instituições de Educação Infantil vêm se tornando cada vez mais necessárias, como complementares à ação da família.

Em âmbito municipal e nacional, a Educação Infantil têm um papel cada vez maior na formação integral da pessoa, no desenvolvimento de sua capacidade de aprendizagem e na elevação do nível de inteligência das pessoas, mesmo porque a inteligência não é herdada geneticamente nem transmitida pelo ensino, mas construída pela criança, a partir do nascimento na integração social mediante a ação sobre os objetos, as circunstâncias e os fatos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, definidas pelo Conselho Nacional de Educação, consoante determina o art.9º, IV da LDBEN, complementada pelas normas dos sistemas de ensino dos Estados e Municípios, estabelecem os marcos para a elaboração das propostas pedagógicas para as crianças de 0 a 5 anos.

Conforme o art.3º, VI da Constituição Federal e a LDBEN são explicitas na co-responsabilidade das três esferas de governo - Município, Estado e União - e Família. A articulação com a família visa mais do que qualquer outra coisa, ao mútuo conhecimento de processos de educação, valores, expectativas, de tal maneira que a educação familiar e a escolar se complementem e se enriqueçam, produzindo aprendizagens coerentes, mais amplas e profundas.

As metas estão relacionadas à demanda manifesta, e não à demanda potencial, definida pelo número de crianças na faixa etária, pois a Educação Infantil não é obrigatória, mas um direito da criança. Sempre que sua família deseje ou necessite o poder público tem o dever de atendê-la, visto que o atendimento de crianças num estabelecimento de Educação Infantil é uma das mais sábias estratégias de desenvolvimento humano, de formação da inteligência

e da personalidade, com reflexos positivos sobre todo o processo de aprendizagem posterior. Importante, nesse processo é o cuidado na qualidade do atendimento, pois só esta o justifica e produz resultados positivos.

E as Referências Curriculares Nacionais para a Educação Infantil se enquadram na perspectiva da melhoria da qualidade de vida. No entanto, é preciso sublinhar, que é uma diretriz nacional preservar o respeito às diversidades regionais, aos valores e as expressões culturais das diferentes localidades, que formam a base sóciohistórica sobre a qual as crianças iniciam a construção e desenvolvimento de suas personalidades.

Considerando as condições concretas de nosso município propõe-se que a oferta pública de Educação Infantil contemple o atendimento em tempo integral, com uma educação de qualidade e igualdade.

A norma constitucional de integração das crianças com necessidades especiais no sistema regular será, na Educação Infantil, implementada através de programas específicos de orientação aos pais, qualificação dos professores, adaptação dos estabelecimentos no que se refere as condições físicas, mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos.

4.1.3 Obejtivos e Metas

- 1- Ampliar a oferta de Educação Infantil de forma a atender, em cinco anos, 50 % das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos e até o final da década, alcançar a meta de 65% das crianças de 0 a 3 anos e de 95% de 4 e 5 anos.
- 2 - Implantar até o final da década, um ambiente adequado à instalação de um berçário com padrões mínimos de infra-estrutura para seu funcionamento e das necessidades do processo educativo.
- 3 - Espaço interno com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável e esgotamento sanitário;
- 4 - Instalações sanitárias para a higiene das crianças e fraldário;

- 5 - Instalações para preparo e/ou serviço de alimentação;
- 6 - Ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da Educação Infantil, incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brinquedo;
- 7 - Mobiliário, equipamentos e material pedagógico adequados;
- 8 - Adequação às características das crianças especiais
- 9 - A partir da aprovação deste plano, somente autorizar a construção e funcionamento de instituições de Educação Infantil públicas e privadas que atendam aos requisitos de infra-estrutura do item anterior.
- 10 - A partir do final da década, somente contratar profissionais, mediante concurso público, com formação em nível superior para trabalhar em berçário como: médico pediatra, enfermeira, professor, auxiliar, fonoaudiólogo, psicólogo, nutricionista e outros profissionais, se houver necessidade ou a lei exigir.
- 11 - A partir da aprovação deste plano, somente admitir novos profissionais na Educação Infantil que possuam a titulação em, modalidade normal, Ensino Superior dando- se preferência à admissão de profissionais graduados em curso específico em nível superior.
- 12 - Estabelecer no prazo de 3 anos, sempre que possível em articulação com as instituições de ensino superior que tenham experiência na área, um sistema de acompanhamento, controle e supervisão da Educação Infantil, nos estabelecimentos públicos e privados, visando o apoio técnico pedagógico para a melhoria da qualidade e a garantia do cumprimento dos padrões mínimos estabelecidos pela diretrizes nacionais de educação.
- 13 Garantir a alimentação escolar para as crianças atendidas na Educação Infantil nos estabelecimentos públicos e conveniados, através da colaboração financeira da união, do estado e município;

- 14 - Assegurar em todas as escolas, o fornecimento de materiais pedagógicos adequados às faixas etárias e às necessidades do trabalho educacional;
- 15 - Estabelecer, até o final da década, em todo o município com a colaboração dos setores responsáveis pela educação, saúde e assistência social e de organizações não governamentais, programas de orientação e apoio aos pais com filhos entre 0 e 3 anos, oferecendo, inclusive, assistência financeira, jurídica e de suplementação alimentar nos casos de pobreza, violência doméstica e degradação familiar extrema;
- 16 - Adotar progressivamente o atendimento em tempo integral para crianças de 0 a 5 anos;
- 17 - Estabelecer parâmetros de qualidade dos serviços de educação infantil, como referência para a supervisão, o controle e a avaliação, e como instrumento para a adoção de medidas de melhoria da qualidade;
- 18 - Assegurar que, além de outros recursos municipais, os 10% dos recursos de manutenção e desenvolvimento do ensino não vinculados os FUNDEB sejam aplicados, prioritariamente, na Educação Infantil;
- 19 - Realizar estudos sobre custo da Educação Infantil com base nos parâmetros de qualidade, com vistas a melhorar a eficiência e garantir a generalização da qualidade do atendimento.
- 20 - Ampliar a oferta de cursos de formação de professores de Educação Infantil com conteúdos específicos.

4.2 Ensino Fundamental

4.2.1 Diagnóstico

De acordo com os preceitos contidos na Constituição Brasileira a Educação Básica é obrigatória e gratuita, devendo os estados e municípios garantir sua oferta. Neste sentido cabe ao Poder Público oferecer, inclusive para os que não tiveram acesso em idade própria este ensino. Ao finalizar o Ensino Fundamental o educando deve ter pleno domínio da leitura, da escrita e do

cálculo desenvolvendo a capacidade de aprender e de se relacionar e mantendo a possibilidade de inserir-se no contexto societário, evitando-se assim, a exclusão no meio social e político.

Cabe ao poder público, conforme se depreende das atribuições previstas em lei, esta modalidade de ensino. Assim, não é possível que no município existam ainda crianças que não freqüentam a escola. Este fato se deve, na maioria das vezes, às situações de marginalidade social em que vive parte da população. Por isso, programas de assistência paralelos visando a assistir as famílias, são fundamentais para o acesso e permanência das crianças na escola. Os que não conseguem acesso são atendidos pelo programa de Educação de Jovens e Adultos.

4.2.2 Diretrizes

As diretrizes norteadoras para o Ensino Fundamental estão contidas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nas Diretrizes Curriculares Nacional para o Ensino Fundamental.

Nos cinco primeiros anos de vigência deste plano, o Ensino Fundamental deverá atingir sua universalização, sob a responsabilidade do poder público. Considerando a indissociabilidade entre acesso permanência e qualidade da educação escolar, o direito ao Ensino Fundamental não se refere apenas a matrícula, mas, ao ensino de qualidade até a conclusão.

A oferta qualitativa de ensino regulariza os percursos escolares, permitindo que crianças e adolescentes permaneçam na escola o tempo necessário para concluir este nível de ensino, eliminando progressivamente o analfabetismo e elevando a escolaridade da população municipal.

A ampliação da jornada escolar, visada por esta Secretaria de Educação, caminhando progressivamente para o turno integral, oportuniza orientação no cumprimento dos deveres escolares, prática esportiva, desenvolvimento de atividades artísticas e alimentação adequada. É um avanço significativo para diminuir as desigualdades sociais e ampliar democraticamente as oportunidades de aprendizagem. À medida que for implantada a escola de tempo integral,

mudanças significativas deverão ocorrer. Estes avanços progressivos em direção ao turno integral terão significativo aumento de qualidade operacional na medida em que se investe na expansão da rede física, atendimento diferenciado da merenda escolar, livro didático, transporte escolar e disponibilidade de recursos humanos.

Reforçando o projeto Político Pedagógico na escola como a própria expressão da organização educativa, surgem e implementam-se os Conselhos Escolares. Estes são as instâncias coletivas que deverão orientar-se pelo princípio democrático da participação. A gestão da educação e a cobrança de resultados, tanto das metas como dos objetivos propostos neste plano, envolverão a comunidade; alunos, pais, professores e demais trabalhadores da educação.

O aprimoramento dos docentes desta municipalidade e a atualização do currículo, valorizando um paradigma curricular que possibilite a interdisciplinaridade, abrem novas perspectivas no desenvolvimento de habilidades para atuar nesse novo mundo que se desenha. As novas concepções pedagógicas aprimoraram e finalizaram a reforma curricular expressa nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Estes surgiram como importante proposta eficiente orientação para os professores. Os temas estão vinculados ao cotidiano da maioria da população e propõem a inserção de temas transversais.

É preciso avançar mais nos programas de formação e qualificação de professores. A oferta de cursos deve ser inserida no Calendário Escolar do Município como uma prioridade sócio-político-pedagógica. Entende esta Secretaria que a formação continuada de seu corpo de professores e profissionais que atuam em suas escolas, deve contribuir de modo significativo para o avanço qualitativo das propostas do Município em termos educacionais.

4.2.3 Objetivos e metas

1 – Universalizar o atendimento de toda a clientela do Ensino Fundamental garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola com a colaboração da União e do Estado;

2 – Apoiar a transição para o Ensino Fundamental de nove anos (nove anos) com o conseqüente ingresso das crianças com seis anos de idade;

3 – Elaborar no prazo de um ano, padrões mínimos municipais de infraestrutura para o Ensino Fundamental, compatíveis com o tamanho dos estabelecimentos da rede municipal e de acordo com a legislação vigente no estado;

4 – A partir da vigência deste plano, somente autorizar a construção e o funcionamento de escolas que atendam aos requisitos de infra-estrutura estabelecidos pela lei vigente e as normas específicas emanadas do Conselho Estadual de Educação;

5 – Estabelecer programa para equipar, gradualmente, com móveis, material de expediente e pedagógico todas as escolas da rede municipal;

6 – Assegurar que no prazo de um ano todas as escolas tenham elaborado seu Projeto Político Pedagógico observando as diretrizes curriculares para o Ensino Fundamental;

7 – Promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando em dois anos, a instituição de Conselhos Escolares ou órgãos equivalentes;

8 – Integrar recursos do Poder Público destinado à política social, em ações conjuntas da União e do Município para garantir entre outras metas a renda mínima associada a ações sócio-educativas para as famílias de baixa renda comprovada;

9 – Manter e consolidar o Programa de Avaliação do Livro Didático, estabelecendo entre seus critérios, adequada abordagem das questões de gênero, etnia e eliminação de textos discriminatórios ou que reproduzam estereótipos acerca do papel da mulher, do negro e do índio;

10 - Ampliar progressivamente a oferta de livros didáticos aos alunos do Ensino Fundamental;

11 – Prover de literatura, textos científicos, obras básicas de referência e livros didático-pedagógicos para apoio ao professor e as escolas de Ensino Fundamental;

12 – Transformar no prazo de um ano, as turmas multi seriadas em turmas únicas, considerando-se a demanda apresentada por cada estabelecimento de ensino;

13 – Prover transporte escolar, quando necessário, em colaboração financeira da União e do Estado, de forma a garantir o acesso da escola por parte de alunos e professores;

14 – Garantir com a colaboração da União e do Estado o provimento da merenda escolar garantindo os níveis calóricos protéicos por faixa etária;

15 - Ampliar progressivamente a jornada escolar visando expandir a escola para o tempo integral, que abranja, pelo menos, um período de sete horas diárias, com previsão de professores e funcionários em numero suficiente;

16 - Prover nas escolas de tempo integral, preferencialmente para as crianças das famílias de menor renda no mínimo duas refeições, apoio as tarefas escolares, a pratica de esportes e de atividades artísticas e ações de ordem sócio-educativa;

17 – Prever formas mais flexíveis de organização escolar para a zona rural, bem como adequada formação profissional dos professores considerando a especificidade do alunado e as exigências do meio;

18 – Desenvolver a Educação Ambiental como prática educativa integrada, continua e permanente;

19 - Apoiar e incentivar as organizações estudantis como espaço de participação e exercício de cidadania;

20 – Proporcionar aos professores cursos de formação continuada e de aperfeiçoamento gratuitos;

21 – Assegurar, quando houver alunos com necessidades especiais em classes regulares, o apoio de professores auxiliares;

22 – Informatizar no prazo de 3 anos a biblioteca escolar;

23 – Criar no prazo de 3 anos laboratórios de informática nas escolas;

24 – Construir e equipar no prazo de 5 anos espaço poliesportivo para atender a diversidade cultural, educacional e de construção de novos valores esportivos;

25 – Prover uniformes para os alunos das escolas municipais;

26 - Criar no prazo de um ano o Sistema Municipal de Educação.

27 – Criar, no prazo de 2 anos Salas de Recursos, conforme necessidades apresentadas pelos estabelecimentos de ensino

4.3 Educação de Jovens e Adultos

4.3.1 Diagnóstico

A Constituição Federal determina como um dos objetivos do plano Nacional de Educação a integração de ações do Poder Público, que conduzam a erradicação do analfabetismo (artigo 214). Trata-se de tarefa que exige uma ampla mobilização de recursos humanos e financeiros por parte dos governos e da sociedade. Os déficits de atendimento no Ensino Fundamental resultam ao longo dos anos num grande número de jovens e adultos que não lograram terminar o Ensino Fundamental.

As profundas transformações que vêm ocorrendo em escala mundial, em virtude do acelerado avanço científico e tecnológico e do fenômeno da

globalização, tem implicações diretas nos valores culturais, na organização das rotinas individuais, nas relações sociais, na participação política, assim como na reorganização do mundo do trabalho. Há, por isso, que se pensar e planejar uma ação dinâmica, no sentido de prover através do Ensino Fundamental uma formação sólida, que permita a visualização deste novo contexto, a inserção dos alunos nestas novas visões, e dando-lhe a oportunidade de discernir adequadamente sobre sua posição no contexto societário de forma crítica.

A necessidade de contínuo desenvolvimento de capacidades e competências para enfrentar essas transformações alterou a concepção tradicional da educação de jovens e adultos, agora, não mais restrita a um período particular da vida ou a uma finalidade circunscrita. Desenvolve-se o conceito de educação ao longo de toda a vida, que há de se iniciar com a alfabetização. Mas, não basta ensinar a ler e escrever. Para inserir a população no exercício pleno da cidadania, melhorar sua qualidade de vida e do gozo do tempo livre e, também ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho, a Educação de Jovens e Adultos, deve compreender no mínimo, a oferta de uma formação equivalente as nove series iniciais do Ensino Fundamental.

4.3.2 Diretrizes

Para atender a esta clientela numerosa e heterogênea no que se refere a interesses e competências adquiridas na prática social, há que se diversificar os programas. Neste sentido, é fundamental a participação solidária de toda a comunidade, com o envolvimento das organizações da sociedade civil diretamente envolvidas nesta temática. É necessário ainda, a produção de materiais didáticos e técnicas pedagógicas apropriadas, além da especialização do corpo docente.

A integração dos programas de jovens e adultos com a Educação Profissional aumenta sua eficácia tornando-os mais atrativos. É importante o apoio dos empregadores no sentido de considerar a necessidade de formação permanente o que pode dar-se de diversas formas:

- Organização de jornadas de trabalho compatíveis com o horário escolar;
- Concessão de licenças para freqüentar cursos de atualização ou implantação de cursos de jovens e adultos no próprio local de trabalho.

Também é oportuno observar que há muitos trabalhadores inseridos no amplo mercado informal ou a procura de emprego, ou ainda, sobretudo as mulheres, envolvidas com tarefas domésticas. Daí a importância da associação das políticas de emprego e proteção contra o desemprego da formação de jovens e adultos. Cabe por fim considerar que o resgate da vida educacional não se restringe a oferta de formação equivalente as séries iniciais do Ensino Fundamental. A oferta do ciclo completo de nove anos aqueles que lograrem completar os anos iniciais é parte integrante dos direitos assegurados pela Constituição Federal e deve ser ampliada gradativamente. Da mesma forma, deve ser garantido aos que completaram o Ensino Fundamental o acesso ao Ensino Médio. Uma tarefa desse porte necessita de garantia e programação de recursos necessários.

4.3.3 Objetivos e metas

- 1 – Estabelecer em cinco anos programas visando alfabetizar jovens e adultos e diminuindo o numero de analfabetos no município;
- 2 – Assegurar em cinco anos a oferta de Educação de Jovens e Adultos equivalente aos nove anos do Ensino Fundamental a toda a população de 15 anos e mais que não tenham atingido este nível de escolaridade;
- 3 – Estabelecer programas municipais de fornecimento de material didático-pedagógico adequado a clientela para curso de Ensino Fundamental de Jovens e Adultos;
- 4 – Estabelecer políticas que facilitem as parcerias para aproveitamento de espaços ociosos nas comunidades, bem como efetivo aproveitamento do potencial de trabalho comunitário das entidades da sociedade civil para a Educação de Jovens e Adultos;

5 – Estruturar e fortalecer na Secretaria Municipal de Educação um setor próprio incumbido de promover a Educação de Jovens e Adultos;

6 – Aperfeiçoar o sistema de certificação dos cursos de jovens e adultos para prosseguimento de estudos;

7 – Sempre que possível, associar ao Ensino Fundamental de Jovens e Adultos, a oferta de cursos básicos de formação profissional;

8 – Realizar a cada dois anos avaliação e divulgação dos resultados dos programas de Educação de Jovens e Adultos como instrumento para assegurar o cumprimento das metas do plano;

9 - Articular as políticas de Educação de Jovens e Adultos com as políticas de proteção contra o desemprego e de geração de emprego;

10 – Articular as políticas de formação de Jovens e Adultos com as políticas culturais de forma a ampliar seus horizontes culturais;

11 – Estimular a concessão de créditos educativos aos estudantes de Educação Superior e de cursos de Formação de Professores em Nível médio que participarem de programas de Educação de Jovens e Adultos;

12 – Expandir a oferta de programas de Educação a Distância na modalidade de Educação de Jovens e Adultos incentivando seu aproveitamento nos cursos presenciais;

13 – Dobrar em cinco anos e quadruplicar em 10 anos a capacidade de atendimento nos cursos de nível médio para jovens e adultos.

4.4 Ensino Médio

4.4.1 Diagnóstico

Considerando a realidade municipal podemos afirmar que a grande maioria dos jovens tem acesso ao Ensino Médio em idade regular. A grande

maioria dos estudantes provenientes do meio rural está matriculada no diurno, sendo que os que freqüentam a escola noturna, são os do meio urbano que trabalham durante o dia.

Em relação aos índices de reprovação da região sul (20%) percebe-se que os índices municipais estão bem abaixo, talvez, em função de políticas específicas ,tais como auxílio ao transporte escolar, programas de recuperação e programas assistenciais do município. O decréscimo das matriculas no Ensino Médio se dá em função da baixa taxa de natalidade e da migração para centros urbanos maiores em busca de emprego e profissionalização.

4.4.2 Objetivos e metas

Oferecer cursos de preparação aos exames supletivos na modalidade Ensino Médio.

4.5 Financiamento e Gestão

4.5.1 Diagnóstico

O financiamento da educação no município tem como fonte o FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, em vigor desde o dia 1º de janeiro de 2007.

O FUNDEB terá vigência até 2021 e atenderá alunos educação infantil, ensino fundamental e educação especial. Porém com a instituição do FUNDEB o Município, que antes possuía um ganho com FUNDEF, passou a ter um retorno menor do que o valor das transferências para o referido fundo, tendo em vista a alteração dos percentuais (alíquota) dos impostos e a inclusão de dois novos impostos, bem como o valor por aluno não ser condizente ao custo real no município.

O município, além dos recursos próprios, tem ainda como fontes de recursos o Salário Educação, Programa Nacional de Transporte Escolar e Alimentação Escolar oriundos da União e do Estado.

A transferência, controle e fiscalização da aplicação dos recursos é exercida por meio do sistema de Controle Interno Municipal, a finalidade de orientar, avaliar e controlar a correta aplicação dos recursos vinculados à educação, constituindo diretriz de maior importância neste processo de gestão do financiamento.

Estão também instituídos no Município os Conselhos: de Educação, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e da Alimentação Escolar.

O Programa de Transferência Escolar é executado com recursos próprios e conveniados com a União e o Estado, sendo realizado o acompanhamento, o controle e a fiscalização.

A Alimentação Escolar é fornecida aos alunos da Rede Municipal e entidades conveniadas, com recursos próprios e vinculado.

Os planos e relatórios dos investimentos são apresentados à comunidade através de audiência públicas específicas e colocadas à disposição em meio eletrônico de acesso ao público.

4.5.2 Diretrizes

Ao tratar do financiamento da educação, é preciso reconhecê-la como um valor em si, requisito para o exercício pleno da cidadania, desenvolvimento humano e melhoria da qualidade de vida da população. A Constituição de 1988, sintonizada com os valores jurídicos que emanam dos documentos que incorporam as conquistas de nossa época – tais como a declaração Universal dos Direitos da Criança, determinou que a educação é um direito de todos e dever do estado e da família, devendo ser assegurada com absoluta prioridade à criança e ao adolescente, pela família, pelo Estado e pela sociedade. Embora a educação tenha outras dimensões relevantes, inclusive a econômica, o fundamento da obrigação do Poder Público de financia-la é o fato de constituir um direito.

A democratização da gestão e do sistema de ensino é um princípio que efetivará as práticas concretas no espaço da educação, garantindo com isso, a participação dos segmentos que compõem a comunidade escolar.

Implantar formas colegiadas de gestão educacional é um mecanismo de construção da qualidade social, direcionada a inclusão que contempla a diversidade no município.

Para que seja possível o planejamento educacional, é importante implantar sistemas de informação, com o aprimoramento da base de dados educacionais, do aperfeiçoamento dos processos de coleta e armazenamento de dados censitários e estatísticas sobre a educação nacional. Desta maneira, poder-se-á consolidar um sistema de avaliação indispensável para verificar a eficácia das políticas em matéria de educação. A adoção dos sistemas, requer a formação de recursos humanos qualificados e a informatização dos serviços, inicialmente nas secretarias, mas com o objetivos de conectá-las em rede.

O financiamento articulado á defesa da gestão democrática pressupõe a aplicação dos recursos com transparência e controle social, assegurando a otimização dos percentuais vinculados, á manutenção e desenvolvimento do ensino , definindo-se custo-aluno-qualidade.

No exercício da autonomia, o sistema de ensino municipal, há de implementar a gestão democrática, definindo o Conselho Municipal de Educação como órgão normativo e fiscalizador do sistema, reunindo competência técnica e representatividade dos diversos setores educacionais; e das unidades escolares; a formação de conselhos escolares dos quais participem a comunidade educacional e a escolha da direção da escola com formas que associem a competência e o compromisso com a proposta pedagógica emanada das comunidades escolares e da mantenedora.

É necessário articular esforços para consolidar a gestão democrática por meio da elaboração e construção de planos e projetos político-pedagógicos, com co-responsabilização por princípios e padrões de qualidade.

4.5.3 Objetivos e Metas do Financiamento

1 - Implementar mecanismos de fiscalização e controle que assegurem o rigoroso cumprimento do art. 212 da Constituição Federal em termos de aplicação dos percentuais mínimos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

2 - Estabelecer mecanismos destinados a assegurar o cumprimento dos arts. 70 e 71 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que definem os gastos admitidos como de manutenção e desenvolvimento do ensino.

3 - Mobilizar os Conselhos de Educação, Conselho do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação e Conselho Municipal de Alimentação Escolar e a população em geral para exercerem a fiscalização necessária para o cumprimento das metas estabelecidas neste plano.

4 - Garantir, entre as metas dos planos plurianuais vigentes nos próximos dez anos, a previsão do suporte financeiro às metas constantes do Plano Municipal de Educação.

5 - Ampliar o atendimento através de programas municipais associados à educação, para pessoas que não tiverem acesso ao ensino fundamental, de sorte a garantir o acesso e permanência na escola a toda população visando erradicar o analfabetismo no Município.

6 - Integrar ações e recursos técnicos, administrativos e financeiros da Secretaria Municipal de Educação e Desporto – SMED e de outras Secretarias nas áreas de articulação conjunta.

7 - Aplicar o mínimo de 25% da receita de impostos em despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), nos níveis e modalidades, conforme dispõe a Constituição Federal, garantindo a referida vinculação na lei orçamentária anual, aprovada pelo Poder Legislativo e sancionada pelo Poder Executivo.

8 - Elaborar a proposta orçamentária anual da SMED – Secretaria Municipal de Educação e Desporto, com base em levantamento das principais necessidades da rede escolar.

9 - Manter os recursos do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação e MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino em sua conta específica.

10 - Qualificar o funcionamento do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, de forma a garantir o acompanhamento da aplicação dos recursos de acordo com os objetivos do Fundo.

11 - Garantir a transparência na aplicação dos recursos do FUNDEB, e possibilitar que o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social acesse os dados a fim de fiscalizar a aplicação dos recursos.

12 - Incentivar a conscientização para desenvolver programas municipais de incremento à arrecadação, combate à renúncia fiscal e à sonegação, e de incentivo às exportações, entre outros, visando à ampliação indireta dos recursos financeiros para educação.

13 - Promover a formação e a participação da comunidade na gestão das escolas, incentivando, e apoiando técnica e financeiramente os conselhos escolares e órgãos equivalentes.

14 - Garantir o desenvolvimento da Educação em Tempo Integral no sistema de ensino municipal.

15 - Promover o acesso e a permanência dos alunos à escola por meio de Programa Municipal de Transporte Escolar com recursos próprios, do Estado e da União.

16 - Assegurar o pagamento dos salários dos profissionais de acordo com os Planos de Carreira (do Magistério Público Municipal).

Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE

ANO	Total valor do repasse - RS
2001	32.164,00
2002	30.210,00
2003	32.162,00
2004	33.616,80
2005	39.466,80
2006	44.928,00

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Aratiba?RS

Aprovação de alunos das Escolas Municipais

ANO	Percentual aprovação Escolas Municipais
2001	92,8%
2002	92,8%
2003	96,7%
2004	98,2%
2005	98,69%
2006	99,09%

PERCENTUAL DE ANALFABETISMO => 6,2%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Desporto

**RELATÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E
DESPORTO - ARATIBA/RS**

Total de alunos transportados - **terceirizados**

ANO	ENS. FUND. N° ALUNOS	ENS. MÉDIO V ALUNOS	TOTAL
2002	564	164	728
2003	498	179	677
2004	443	168	611
2005	433	165	598
2006	412	171	583

Total de alunos do Município

ANO	REDE MUNICIPAL			REDE ESTADUAL				TOTAL GERAL
	Ed. Inf.	Ens. Fund.	Total	Ed. Inf.	Ens. Fund.	Ens. Médio	Total	
2001	136	221	357	53	820	375	1.248	1.605
2002	160	220	380	57	817	356	1.230	1.610
2003	151	182	333	51	821	316	1.188	1.521
2004	150	167	317	54	789	299	1.142	1.459
2005	179	153	332	37	735	323	1.058	1.390
2006	147	221	368	10	691	303	1.004	1.372
2007	134	242	376	10	633	311		

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Aratiba

PERCENTUAL DE APROVAÇÃO, REPROVAÇÃO E EVASÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ARATIBA

ANO	Percentual aprovação Escolas Municipais	índice de reprovação (%)	Nº de alunos Evadidos
2001	92,8%	7,2%	01
2002	92,8%	7,2%	02
2003	96,7%	3,3%	01
2004	98,2%	1,8%	02
2005	98,69%	1,31%	-
2006	99,09%	0,91%	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Aratiba